

AS USINAS SUCROALCOOLEIRAS E OS IMPACTOS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA MICRORREGIÃO DE FRUTAL - MG

Marli Graniel Kinn¹

Resumo

O presente resumo visa à compreensão das ações dos sujeitos sociais que garantem e legitimam as suas permanências ou resistências como produtores rurais no processo recente de expansão e modernização da agricultura ligada ao agronegócio dos grãos e da cana-de-açúcar, do setor sucroenergético e da pecuária tradicional na microrregião de Frutal, bem como a compreensão das ações e reações destes produtores especificadas nos diferentes lugares.

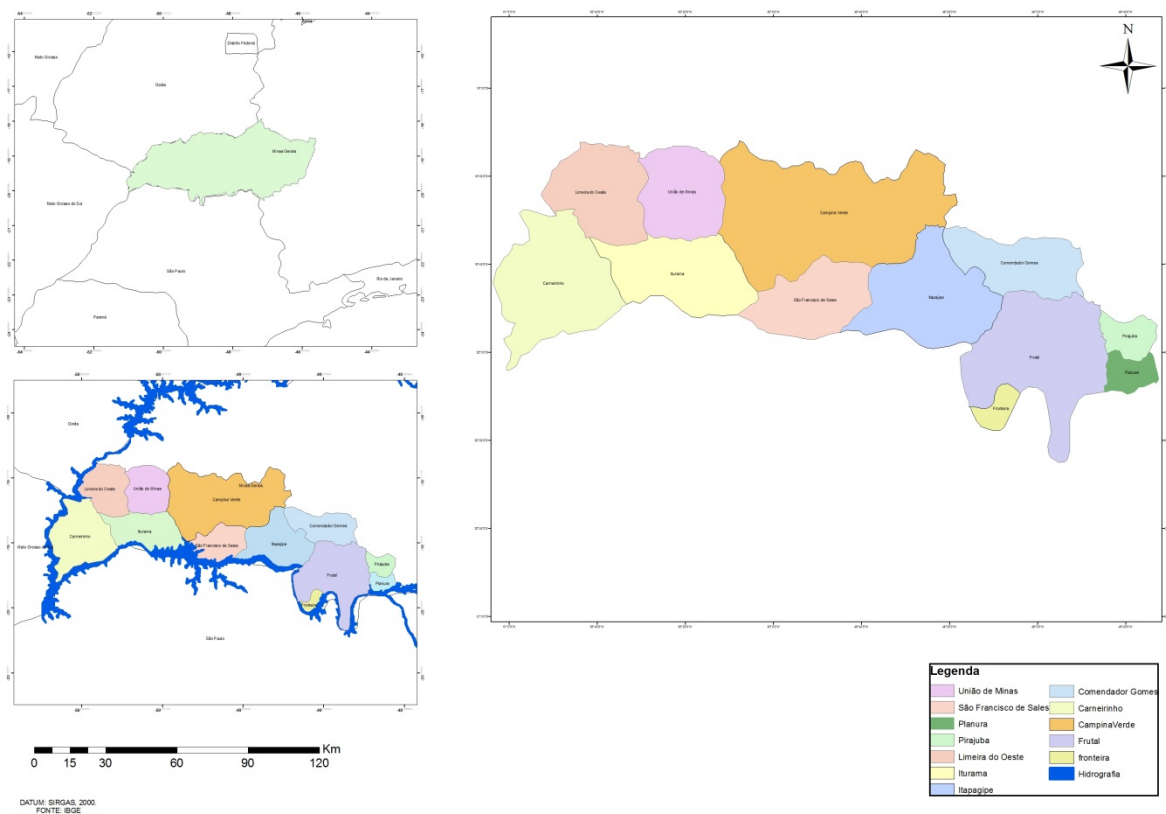
Palavras-chave: produtores rurais- agricultura- setor sucroenergéticos

Introdução

A agricultura praticada na microrregião de Frutal é indubitavelmente, uma atividade predominante, mas que abriga diferentes lógicas sociais e distintas temporalidade tecnológicas. No âmbito das modernas tecnologias destaca-se a produção de grãos como soja e milho e dos agrocombustíveis obtidos a partir da cana-de-açúcar. Nesta microrregião do estado de Minas Gerais concernente à mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba as paisagem rurais revelam o predomínio das grandes lavouras obtidas a partir de pesados investimentos. Em uma área de 16.840 km² vivem aproximadamente 200 mil pessoas territorializadas em doze municípios.

Área de estudo

¹ Professora do curso de Geografia da Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG- marli.kinn@uemg.br



Apesar de existir uma produção voltada para o agronegócio, a produção de leite e fabricação artesanal de queijo é constante e ainda continua a se reportar a saberes e fazeres próprios do campesinato. Esse fato indica que a modernização da agricultura não atingiu igualmente a todos os produtores rurais, sendo de suma importância compreender as diferentes formas de produção agrícola existente na área de estudo.

Observa-se que as lavouras de cana-de-açúcar encontram-se presente nos 12 municípios. No caso de Pirajuba elas já ocupam quase que 60% da área total do município. Outro dado importante se refere ao município de Frutal. Nele o cultivo ocupa aproximadamente 40% da área agricultável e atende a demanda de duas usinas sucroalcooleiras.

Economicamente, socialmente e politicamente a expansão e reprodução do setor sucroalcooleiro na microrregião poderá ser debatido e talvez legitimado por possibilitar renda e trabalho para as famílias de trabalhadores urbanos de baixa qualificação técnica. No entanto, o setor diminuiu consideravelmente o uso de mão- de- obra na colheita da cana, investindo pesadamente na mecanização.

Na microrregião de Frutal, as usinas sucroalcooleiras estão localizadas na área rural dos municípios e tem sido uma instituição responsável pela expansão da agroindústria, a qual foi agindo basicamente na captura de áreas cultiváveis colocadas em arrendamento, proporcionando mudanças na paisagem, destituído de poder as fazendas de gado e colocando em seu lugar as grandes lavouras de cana-de-açúcar.

Como se trata de um processo de reocupação do espaço agrário destes municípios, também é importante considerar a presença do complexo sucroalcooleiro na área de estudo. No espaço alterado por interesses nacionais e internacionais, as usinas assumem a condição de promover a linearização do tempo e aceleração dos processos produtivos, provocando novos fluxos e oportunidades de reprodução ampliada dos capitais investidos no campo.

Essa presença marca um tempo de alteração no modo de produzir nas terras do cerrado, muitas vezes envolvem ações que sem se preocupar com as tradições e os modos de fazer que existam no cerrado, são ameaçados, pois neles se manifestam e vão se inserindo carregados de interesses que se materializam como disputas por áreas.

No cotidiano dos produtores rurais tradicionais acaba se configurando no território como uma disputa por recursos naturais que suscitam diversos usos. Neste momento usar significa ter condição de propor e executar um processo de industrialização do campo. Quando tratamos do setor sucroalcooleiro estamos nos referindo à formação de complexos agroindustriais que atingem as áreas rurais promovendo a industrialização, tanto a jusante quanto a montante das propriedades rurais (KAGEYAMA, *et al*; 1990).²

Tanto a agroindústria quanto a pecuária tradicional se manifestam neste espaço rural de modo particular, portanto, disputam um espaço em mutação, mas que já estava ocupado por pessoas que acabam sendo afetadas fortemente em suas formas tradicionais de produzir. As tradições ligadas aos sistemas produtivos são percebidas, principalmente na sua existência sócio territorial. O poderio econômico, político, social e cultural parece trocar de mãos, sendo partes de um processo em que as mudanças estão implicadas em transformações dos próprios sujeitos sociais. Neste contexto compreendemos que as consequências acabam se manifestando nos territórios em que diferentes produtores rurais apresentam diferentes vínculos territoriais.

No caso da produção leiteira ligada as propriedades tradicionais, com territorialidades pautadas principalmente nas comunidades de orientação católica, parecem ter elaborados seus

² No contexto da análise proposta, a Agroindústria, é toda a unidade de produção que processa os produtos agrícolas em primeira instância, como uma cooperativa de leite ou uma usina de cana-de-açúcar.

territórios apoiados em vários simbolismos religiosos, muitas vezes ligados a uma produção familiar repleta de sociabilidades das quais derivam vários arranjos e estratégias produtivas que nos parecem importantes esclarecer, principalmente quando se tem estabelecido uma competição por terras agricultáveis aptas a produzir agros combustíveis.

Com relação aos sujeitos sociais ligados a agroindústria, mesmo que os agricultores empresários estejam atrelados às mesmas comunidades, as lógicas produtivas envolvem comportamentos que lhes fazem agir mediante a outras racionalidades, principalmente empresariais.

Ao lançar mão de conhecimentos absolutamente científicos, de combinar relações sociais de produção, grande parte dos produtores rurais, aparentemente foram suprimindo a necessidade das técnicas tradicionais e ampliaram seus conhecimentos em relação ao mercado. Para operar as grandes lavouras instituíram o seguro bancário e contrataram assessoria. Portanto, no contexto das grandes lavouras, há uma consolidação do processo de metamorfose do produtor rural que agora não basta ter a terra, tornando-se necessário operar sob um sistema de “categorias” complexas, que começa com a exploração da propriedade, passa pelo pagamento de técnicos e relações capitalistas de produção, fazendo culminar na certeza da mais-valia.

Isto tudo demonstra que a redefinição dos processos produtivos agrícolas presentes no cerrado, a partir das grandes lavouras, criou as condições materiais para a própria redefinição social dos sujeitos envolvidos com a produção agrícola. No momento não temos apenas produtores rurais tradicionais de leite ou usineiros produtores de cana-de-açúcar, mas também empresários produtores de cereais que produzem toneladas de grãos sem interrupções.

Neste contexto a produção agrícola não aparece apenas nas paisagens rurais do município, mas também como racionalidade e modo de produzir dos produtores rurais que os colocam na condição de sujeitos aparentemente bem sucedidos.

Esta é uma característica nova que não condiz com o produtor rural tradicional do Cerrado.

Para a realização deste trabalho, adotamos vários procedimentos metodológicos, pois em cada lugar agimos a partir das questões que seguramente exigiram encaminhamentos específicos. Neste trabalho, objetiva-se refletir sobre uma realidade social e espacial que inclui agricultura moderna e tradicional, usinas sucroalcooleiras, espaço, lugar, território, modo de vida, sociabilidade, práticas e representação social e o uso do espaço.

No levantamento de dados primários, por meio de trabalho de campo, para o entendimento das iniciativas produtivas e reprodutivas dos produtores rurais, bem como para avaliar a percepção, a compreensão, as adaptações e flexibilizações das estratégias produtivas frente às possibilidades das imposições do mercado, procuramos analisar as várias situações, dentre elas aquelas que envolvem a história de vida das pessoas, os sujeitos da pesquisa.

No campo, identificamos, nas falas das pessoas, como as ações das usinas chegam até o território, lugar do vivido, promovendo desencontros e contradições. Nessas incursões aos lugares, o trabalho de campo nos aproximou das comunidades rurais de forma a encontrar as informações que ajudaram a compreender os processos de formação de territórios, verificando como as lavouras de cana-de-açúcar estão afetando a vida que se processa nos lugares. Para Santos (1999),

[...] o trabalho de campo, vai além da coleta de dados para o desenvolvimento de uma pesquisa comprometida com a realidade das populações, visto que será também um esforço acurado do pesquisador em lapidar esse diamante, que é a memória das populações em relação ao vivido. Esses procedimentos exigirão dos pesquisadores um respeito radical pelos modos de sentir, pensar e agir e reagir do outro (SANTOS, 1999, p.117).

As contribuições/esclarecimentos das incursões ao campo nos ajudaram no tratamento da relação com os lugares, na qual podemos agir destacando os conteúdos específicos de quem viveu as transformações, a partir da memória oral e do modo de vida das pessoas que participaram da pesquisa. Dos roteiros de campo, baseados nas histórias de vida, procuramos contar com elementos que, “lapidados”, trabalhados na perspectiva de se comparar os fatos ocorridos entre o antes e o depois da formação dos canaviais, permitam conhecer e analisar, com profundidade, os sentimentos, as representações sociais e as experiências que tornaram possível a vida das pessoas nos lugares pesquisados.

Na pesquisa de campo, criamos as possibilidades de alcançar alguns dos objetivos específicos da pesquisa. Segundo Freire & Pereira (2006),

A história oral remete necessariamente à questão da memória. O relato oral restitui – de modo lacunar – o passado a partir do presente, o que quer dizer que toda a lembrança pertence ao passado e ao presente, se modifica segundo esse último [...] A história oral permite apreender como a memória de um grupo se constitui e se transmite, como ela ajuda a reforçar sua identidade e assegurar sua permanência para além da esfera da vida de seus membros individuais. Abre, assim, inúmeras possibilidades para o desenvolvimento de projetos para o estudo da memória coletiva e de suas relações com as lembranças individuais, em grupos e comunidades (FREIRE & PEREIRA, 2005, p.125-26).

A partir da vivência nos lugares pesquisados compreendemos as lógicas sociais dos produtores rurais praticada inclusive na pecuária leiteira e, nos usos dos espaços da propriedade e comunidade. A ideia é agir procurando atender às ações que satisfaçam as necessidades e que lhes permitam agir realizando a vida em suas várias dimensões.

Reordenamento da produção agrícola e as relações territoriais entre diferentes produtores ligados a agroindústria sucroalcooleira e a produção da agricultura tradicional.

A situação atual dos produtores é decorrente dos obstáculos que o próprio capital sucroalcooleiro parece ter encontrado para reproduzir seus investimentos, ou seja, incorporar novas áreas agricultáveis ao seu processo reprodutivo. Esse obstáculo para o capital, aparentemente foi logo removido pelo arrendamento e isto incluiu o dono de terra no âmbito da reprodução ampliada do capital. Por circunstâncias dadas historicamente, os donos de terras que sempre alugaram suas parcelas para criação de gado e depois para as lavouras de grãos, foram incorporados na reocupação e redefinição do cerrado, e ao serem coligados apropriaram-se de ocasiões e inventaram as probabilidades materiais de se redefinirem socialmente e territorialmente.

Outro aspecto, que interessa para compreender as mutações do espaço e as repercussões no modo de ser do produtor rural, é a compra da sua transferência para a cidade e o consumo de bens e serviços no espaço urbano. Isso significa que ao ampliar a produção e a produtividade também ampliaram o consumo e um suposto conforto familiar.

Isso tudo também indica que nas condições naturais do Cerrado os níveis de produção para atender a reprodução do capital agroindustrial, somente são possíveis de ser conquistados a partir de investimentos de capitais, do emprego de alta tecnologia e de conhecimento técnico contratado junto aos escritórios de assessoria tecnológico, a partir do pagamento de altos salários.

A demanda apresentada neste processo, portanto, implica novas atitudes desses produtores que, a partir das conquistas tecnológicas, a produção e produtividade obtidas parecem melhor constituir-los para enfrentar as imposições determinadas por um espaço extremamente competitivo. Os desdobramentos das conquistas da técnica sobre o Cerrado criaram também

imposições que vão aparecendo na constituição de produtos cada vez mais padronizados, como é o caso da cana-de-açúcar.

A cana nos municípios que compõem a área de estudo aparentemente desterritorializou outras culturas, pois ao incorporar áreas destinadas a pecuária e aos grãos pode ter provocado vários impactos no processo produtivo.

Assim, ao se materializar em um espaço que antes era ocupado por outros sujeitos ou produções com suas próprias territorialidades, a instalação de 11 usinas pode ter comprometido a manutenção de uma agricultura pretérita. Nos 12 municípios elas se territorializam ocupando, individualmente, em média, uma área de 40 mil hectares, portanto, a reocupação destas áreas pelo setor sucroalcooleiro parece ter afetado também outros setores do agronegócio, principalmente no que se refere ao uso dos recursos naturais, principalmente água e solos.

Afinal locais onde antes outras culturas eram presentes passam a ser dominados pela paisagem monótona da cana-de-açúcar.

Desta forma a pesquisa aborda os territórios e territorialidades como categorias analíticas do espaço intimamente ligadas ao seu controle efetivo, ou seja, é onde os sujeitos, sejam eles produtores tradicionais ou empresários capitalistas, podem interferir em sua esfera social, econômica, cultural ou política (HAESBAERT, 2006). Estes territórios e estas territorialidades que objetivamos esclarecer, aparentemente se processam em múltiplas relações, podendo se sobrepor, se interligarem em redes ou provocar tensões entre os sujeitos que os compõem, trazendo, desta forma, inúmeras possibilidades de esclarecimento sob as diferentes formas sociais e tecnológicas com que se pratica a agricultura na microrregião de Frutal.

Ao propormos estudar as razões pelas quais o reordenamento da produção agrícola ocorre, também estamos pensando em esclarecer como ocorrem as relações territoriais entre diferentes produtores que em parte estão ligados a agroindústria, principalmente a sucroalcooleira, e a produção de uma agricultura tradicional, como é o caso do abacaxi e do agronegócio como se pode perceber a partir das lavouras de milho e soja.

Nestes municípios a maior área plantada com milho encontra-se em Frutal, registrando-se no ano de 2012 o plantio de 4.500 hectares. Fazendo uma comparação da área ocupada com cana, o cultivo do milho ocupa menos de 10%. Mesmo assim, nestes municípios encontram-se importantes lavouras de milho em várias propriedades, sendo que

nas áreas urbanas há respeitáveis entrepostos de recebimento e beneficiamento de grãos, leite e carne.

Além de milho, temos também o cultivo da soja e como verificamos em campo, ao menos essas duas culturas, voltadas para o agronegócio sofreram redução de áreas, sendo assim, não há como ignorar as implicações sobre as suas territorialidades, bem como as possibilidades delas se sobreporem ou interagirem.

Desse modo, procuramos compreender as relações territoriais que se manifestam nas comunidades dos municípios, sendo estas talvez um processo que coloca em transição os vários territórios, territorialidades e vínculos territoriais existentes, ocasionando, talvez uma industrialização do campo com severas implicações no reordenamento dos complexos agroindustriais, e na pecuária tradicional, principalmente nas pequenas propriedades produtoras de leite.

Afinal a reocupação do Cerrado pode ter causado vários rearranjos produtivos e provavelmente uma (re)ordenação sócio territorial. Essas possibilidades implicadas nas mutações do espaço podem ser estudadas a partir dos territórios e dos lugares em que esse processo vai ocorrendo, portanto, o que se objetiva conhecer são as lógicas produtivas presentes na agricultura praticada na microrregião de Frutal e suas temporalidades sociais que lastreiam essas formas e modos de produções e no caso dos camponeses as razões deles continuarem (re)existindo mesmo imersos na ininterrupta expansão do agronegócio.

Neste trabalho, a preocupação é com a heterogeneidade das práticas e relações sociais dos produtores rurais que vivem na microrregião de Frutal. Não se assume compromisso algum com qualquer teoria que tenha estudado a diversidade dos processos de reprodução do capital no campo, mas compreende-se ser de importante relevância considerar o desenvolvimento desigual da sociedade para além de uma perspectiva economicista.

Para Martins (1993),

[...] A questão do desenvolvimento desigual é complicada, porque também está atravessada por uma leitura economicista do problema. Este problema também deve ser revisto a partir de uma leitura que não é marxista, mas marxiana da obra de Marx; uma leitura que volta um pouco àquilo que de fato preocupava Marx: é que o desenvolvimento desigual não é meramente econômico. O desenvolvimento desigual era proposto pelos clássicos como um desencontro entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Anuncia possibilidade que não se realiza no plano social. (MARTINS, 1993, p.14).

As diferentes práticas agrícolas analisadas no Cerrado mineiro, na microrregião de Frutal, envolvendo sujeitos sociais que praticam atividades agropecuárias tradicionais e modernas, mas, recentemente, os seus territórios sofreram metamorfoses que levaram a incorporar novas tecnologias e racionalidades produtivas, que, por vezes, levam à valorização e à reinvenção das práticas e relações sociais tradicionais e modernas, rompendo com várias características do seu modo de vida.

Não se entende aqui os produtores rurais dissociado das categorias tempo e espaço, essenciais para analisar o sujeito social, naquilo que lhe é mais tradicionalmente atribuído, o mundo vivido. Desse modo, considera-se a identidade do sujeito que, para Hall (2005), não é mais unificada, definível e estável, mas encontra-se em processo de fragmentação e, por isso, pode estar sendo composta por várias outras identidades, geralmente conflitantes e não resolvidas.

Hall entende que:

A [...] chamada crise de identidade é vista como parte de um processo mais amplo de mudanças, que está deslocando as estruturas e processos culturais centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo atual. (HALL, 2006. p.7)

No entanto, é necessário admitir que, mesmo assim, o sujeito social existe, sob essas condições.

No contexto do mundo vivido pelos produtores rurais da área de estudo, entende-se como clivado pela modernidade e pelas redes de informação, este sujeito social, este produtor rural, é entendido por aquilo que ele é no lugar em que vive, por aquilo que menciona, representa, por como age, reage, cria e (re) inventa, reinventando-se socialmente em situações reais e concretas. Essa consideração sobre o sujeito social, tendo o produtor rural como manifestação, inspira-se no pensamento de Harvey (2002), pois, para o autor:

As ordenações simbólicas do espaço e do tempo fornecem uma estrutura para a experiência mediante a qual aprendemos quem ou o que somos na sociedade. A razão pela qual a submissão aos ritmos coletivos é exigida com tanto rigor [...], é o fato de as formas temporais ou estruturas espaciais estruturarem não somente a representação do mundo do grupo, mas o próprio grupo, que organiza a si mesmo de acordo com essa representação (HARVEY, 2002, p.198).

Reconhece-se, assim, a complexidade histórica, cultural e sócio espacial das práticas, representações e relações sociais, inclusive de produção, presentes na área de estudo, bem como as formas de humanização do território praticadas pelos produtores tradicionais, como elementos do seu fazer-se sujeito.

A apreensão da heterogeneidade das práticas e relações sociais requer a consideração das experiências daqueles produtores e de formas de organização do trabalho familiar e assalariado que estão vinculadas aos modos de vida desses sujeitos sociais, mas também suas relações com o mercado e com as demandas por novas tecnologias e por espaços que proporcionem adequações ao mercado.

Desse modo os empreendimentos capitalistas de construção de usinas ligadas ao setor sucroalcooleiro, entre os 12 municípios da microrregião estão ensejando situações que envolvem o reordenamento das atividades produtivas, com a aplicação de várias tecnologias, o que de certo modo tem permitido aos vários sujeitos sociais agirem recriando e reinventando na sua reprodução. As transformações são bastante amplas e diversas e envolvem processos de (des-re) territorialização, territorialidades, paisagem, uso do espaço, lugar vivido, espaço e representações sociais, entre outros elementos.

Importante notar que estamos tratando de um processo de reocupação do espaço com severas implicações para o território. Compreendemos também que o uso é a principal forma de apropriação dos recursos do espaço e a condição territorial dos produtores. Nesse processo de mutações os produtores rurais poderiam sofrer outras implicações, principalmente quando eles aceitam ou não tem como recusar, a presença dos usineiros, no lugar vivido e nas suas propriedades, quando estas são oferecidas ao arrendamento e que também estão usando esse espaço, já apropriado pelos usineiros.

Essas relações dos produtores rurais com os usineiros é totalmente diversa da sua relação com o mercado agropecuário. Antes ele ia ao mercado, agora o usineiro é o mercado e vem até ele para alugar as suas terras para produzir um produto em uma escala que ele nunca imaginou. Esse fato é importante na constituição do espaço social e, entendido naturalmente pelos produtores, não lhe trouxe tantos “prejuízos” econômicos, mas algumas mutações sócio espaciais. Segundo Heidrich (2006),

O que se observa hoje na escala local é que os processos de integração do lugar ao mundo têm conduzido à perda da atual coesão comunitária. É no lugar que se observa a fragmentação da solidariedade territorial, pois pelo seu eixo indivíduo ou comunidade apresentam os vínculos com todas as escalas. Ao mesmo tempo

participam de uma complexidade que múltiplas territorialidades, que ora fortalecem, ora enfraquecem seus vínculos com os vários âmbitos da integração (HEIDRICH, p.28, 2006).

Entendido como criação e recriação e como a qualidade primordial de ser coletivo, o espaço também é constituído pelos legados sociais, culturais, aquilo que se territorializou, em outros tempos e que continua movimentando a vida das pessoas, nos lugares. Esses aspectos, na área de estudo, levam os sujeitos sociais, em alguns momentos, no lugar vivido, sobretudo na relação com a propriedade, a continuar agindo como grupo identitário ligado às tradições e costumes locais. Assim, pode-se entender que, mesmo no dinamismo da vida moderna, “[...] o lugar é vivido em conjunto com outros, por isso é essencial afetividade. Essa dimensão afetual dá ao território uma noção ampliada que o espaço físico não tem. Não se é ligado a um espaço físico: se é ligado a um território efetivo-existencial.”(Petersem, 1995, p. 47)

A formação de territórios apresenta-se relacionada às mutações do espaço e proporciona, como resultado, o desencontro entre as várias temporalidades e lógicas sociais decorrentes das condições materiais e imateriais, simbólicas que os sujeitos sociais que vivem no lugar detêm. Entende-se, também, que os novos usos do espaço, proporcionados pelas habilidades dos sujeitos sociais, os produtores rurais tradicionais e modernos, não se apartam das condições indispensáveis (recursos naturais, instituições, populações, dentre outros) do território.

As usinas, ao praticarem a monocultura em terras alugadas das populações tradicionais, instituem as condições de reprodução dos capitais investidos, podem ou não estarem infligindo, aos produtores, uma aderência incondicional aos seus domínios e organizações sociais instituídas por seus agentes. Desse modo, o território e as territorialidades dos produtores rurais e seus fundamentos comunitários podem estar sendo evocados, para permanecerem nos lugares constituídos histórica e culturalmente.

Em verdade esses produtores precisam se articular com aquilo que já existe, ou seja, usar das condições sócio espaciais em que se encontram envolvidas as pessoas e dos lugares.

Trata-se de um processo que não se efetiva sem aquilo que já existe. O lugar vivido pelo produtor da área de estudo, reocupado por eles e pelas usinas, e ainda que transformado é o seu território de onde ele, conjuntamente com as suas habilidades e conhecimentos, estabelece as conexões com o mundo.

A partir dessas considerações, a questão que se coloca, neste trabalho, refere-se à importância que as comunidades, sobretudo as tradicionais têm, enquanto lugares, no espaço social tensionado pelas imposições do mercado e personificado pelo setor sucroalcooleiro.

Segundo Carlos (1998), o lugar não é uma questão de escala espacial e temporal. É parte do espaço criado pelo processo desigual de desenvolvimento, é onde se decompõe o espaço, desde que não seja visto isoladamente. Nas palavras da autora,

O lugar pode ser uma maneira de decomposição do fenômeno espacial ou um modo de colocar-se a questão da diferenciação, mas isso só ocorre se transcende a ideia dele enquanto fato isolado. Nesse sentido o lugar não seria definido pela escala, mas como parte integrante de uma totalidade espacial fundamentada no desenvolvimento desigual (CARLOS, 1988. p.47).

Esse lugar, essa parte de um espaço que se desenvolve desigualmente e, por isso, é diferente de outras, pode ter/manter as suas próprias temporalidades e lógicas sociais, diferentes. Mesmo sob o modo de produção capitalista, esses produtores rurais e comunidades rurais são expressões concretas da heterogeneidade do espaço. Isso significa que o lugar, ou os lugares das comunidades rurais, mesmo nas suas diferenças e particularidades, não deixam de ser partes integrantes do espaço social e de viver na relação com o mundo as suas próprias contradições.

Sob o modo de produção capitalista, é onde se organizam, no tempo, as diferentes formas de relações, historicamente constituídas, que particularizam além da produção e reprodução ampliada do capital, no espaço, a vida das pessoas, no caso em estudo, os produtores rurais, em suas várias formas, sentidos e representações sociais.

Esses sujeitos sociais dotados de várias racionalidades não são somente produtores de mercadorias; não são tão somente funcionais à produção e reprodução do capital e à introdução de novas atividades agrícolas no território. Diante das modificações que o espaço do lugar vivido sofre, esses sujeitos sociais estão dando um sentido próprio, diferente, particular, a essas modificações, estão imprimindo nelas a sua lógica e incorporando esse espaço em seus territórios.

Desse modo, a compreensão da criação e da recriação de atividades agropecuárias e suas implicações no território é um modo de apreender o movimento, as incoerências e as alternativas, nas relações entre os produtores camponeses e o espaço transformado. Assim, as condições nas quais os produtores existem, na área afetada pelas usinas, parecem simular possibilidades de inclusão do espaço, consagrando um processo complexo que vai envolvendo

os diversos produtores rurais, ao mesmo tempo, que cria redefinições das relações sociais e de produção, expressando inéditas possibilidades para uma existência redefinida da condição sócio territorial.

Essa circunstância pode ser analisada, de forma geral, em dois sentidos, aqui entendido como adversos: o uso do espaço, como matéria-prima, e as contradições representadas pela incorporação de novas atividades agropecuárias no trabalho e no processo produtivo, inclusive de produtores tradicionais. Isso tudo envolve o território e as territorialidades existentes na microrregião que, nesse contexto, sob determinadas condições técnicas, sociais e culturais, permite, aos produtores rurais, pelos usos do espaço, existir de forma particular.

Em consonância com as leituras de Haesbaert (2004, 2005) e Saquet (2007). A multiterritorialidade pode ser ampla, mas gostaríamos de frisá-las no campo de se experimentar vários territórios.

...a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Haesbaert, 2004 p.54)

Nesta lógica de territorializar e desterritorializar, Haesbaert (2006) afirma que:

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais. (HAESBAERT, 2006 *apud* GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323)

É necessário admitir que nem tudo ocorre e se aclara somente ou completamente, pela lógica da reprodução capitalista, embora esta seja hegemônica. Diferentes racionalidades sociais, inclusive de produção, capturadas/usadas conjuntamente em períodos/momentos diferentes, mas sobrepostos, no mesmo espaço, acabam por criar temporalidades sócio espaciais muito específicas, como as comunidades rurais em estudo. Esse fato/situação leva à concepção da existência/criação de territórios, tanto com suas adaptações econômicas quanto com suas origens históricas e culturais.

Considerações Finais

Reconhece-se, assim, a complexidade histórica, cultural e sócio espacial das práticas, representações e relações sociais, inclusive de produção, presentes na área de estudo, bem como as formas de humanização do território praticadas pelos produtores tradicionais, como elementos do seu fazer-se sujeito.

A produção científica relacionada à pesquisa produziu uma interpretação das mutações do espaço e as reações de produtores rurais decorrentes das imposições do mercado e dos interesses do setor sucroalcooleiro.

Com a modificação da paisagem, com o surgimento das grandes lavouras, entendemos como ocorreram as adaptações e as flexibilidades produtivas. As formas e conteúdos das organizações produtivas da família, suas relações sociais, seus ritmos são revelados a partir dos relatos dos produtores. Desse modo privilegiamos, nos diálogos, como fato novo, a presença das usinas, que estão atraindo investimentos. Nas propriedades rurais percebemos os hábitos, costumes, tradições, habilidades e analisamos como isso tudo está entrando na relação com as atividades agrícolas.

Agradecimentos

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo apoio financeiro ao grupo de pesquisa do Laboratório de Geografia Cultural (LAGECULT) do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia-MG, garantindo nossa participação no VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, em Curitiba PR, entre os dias 01 e 05 de novembro de 2017.

Referências Bibliográficas

CARLOS, A. F. A. (Org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALL, STUART. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomas T. da Silva. RJ: Ed. DP&A, 2003.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Editora Loyola, 2004. Introduction L'Arche. Paris: Editeur Paris, 2002.

HEIDRICH, A. L. "Territorialidades de exclusão e inclusão social" In REGO, N., MOLL, J. & AIGNER, C. (Orgs.) **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006, pp. 21-44.

MARTINS, José de Souza. Campesinato, Cidadania e Sociedade Civil em Face da Crise do Estado. Salvador. BH. **Cadernos Ceas** (136), 1989.

SANTOS, Rosselvelt José. Pesquisa Empírica e Trabalho de Campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. In. **Revista Sociedade & Natureza**, nº 11, janeiro/dezembro, 1999.